

“Assim, se deu os primeiros ventos”

As primeiras investidas das indústrias dos ventos e suas contribuições sociais de efêmero impacto sobre comunidades da região do Mato Grande/RN.



Sou acadêmico na área de tecnologias em energias renováveis. Simpatizo muito por tudo que seja pertinente à área, sobretudo, as ações estudos e pesquisas que tendem a contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerando benefícios tanto para com o lado econômico e ambiental, como também leve em consideração o lado social (ou sociocultural).

Nesta leitura farei uma abordagem de como se deu as investidas das usinas eólicas, especificamente, na região do Mato Grande/RN (MG), para que você tome ciência de como se originou o processo de implantação desses parques, tomando como temática principal o contexto de alguns impactos sociais.

Ressalto que os relatos contidos neste material foram retirados da pesquisa realizada e divulgada no *36º encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*.

A região do Mato Grande teve nos seus últimos quatro anos uma ascensão significativa no número de construção e implantação de parques e usinas eólicas, que teria como perspectiva o desenvolvimento regional em diversos âmbitos. Das dezenove cidades do estado beneficiadas pela implantação desses parques, oito municípios se encontram na região do MG.

Cabe salientar que IDH médio do território “matograndense” é de 0,555 enquanto a média do estado é 0,684 e do país 0,733 (IBGE, 2010). É, portanto, uma das áreas mais pobres do Rio Grande do Norte e possui um nível de organização social muito incipiente. Havendo assim, a necessidade de medidas cautelares para com quaisquer

questões e decisões que sejam inerentes ao contexto atual – sobre o setor eólico - antes do processo de tomada de decisão final.

Continuando,

Através dessa ascensão de empresas eólicas, denominadas “a indústria dos ventos”, tem-se a problemática dos impactos positivos e negativos nas comunidades vigentes. Logo, cria-se uma demanda por serviços e ações que almejem contribuir para uma estabilidade socioambiental, que circunda nas comunidades e municípios em que as usinas encontram-se em atividades. Mas será que elas foram eficazes? Realmente trouxeram benefícios? Tivemos mais impactos positivos do que negativos?

Nas primeiras experiências que se tem sobre o início das implantações das usinas na região, já podemos identificar fragilidades com as quais as mesmas foram iniciadas.

Provenientes da busca de fontes alternativas de energia e da eminência de uma crise energética mundial, a chegada das usinas se deu por volta do ano 2000, na cidade de Rio do Fogo, na comunidade de Zumbi. Era algo novo, havia diversos questionamentos e poucas respostas. Apesar de vir com uma ideia de fomentar as fontes de energias alternativas - as novas tendências tecnológicas - contribuindo para matriz energética em que prevalece a energia advinda das hidrelétricas, as primeiras instalações de usinas não se deram, apenas e unicamente, por fatores que de cunho científico - estudos e pesquisas - sobre a determinada área de implantação. Muitas vezes eram movidos pelos “requisitos tributários”, valores monetários. A cidade que cobrasse a menor taxa de imposto (ISS) a ser paga, é pra lá que iria o investimento, em que pese, independente para qual cidade fosse o fatores técnicos e geográficos seriam favoráveis.



Eram projetos incipientes e propostas bastante simpáticas, que viria a se tornar motivos de intensos conflitos. As empresas ficaram incumbidas de Informar e

esclarecer a população local sobre as principais características do projeto, as atividades a serem desenvolvidas nas diferentes etapas de implantação, as medidas de segurança a serem adotados, os impactos adversos e os benefícios decorrentes da implantação do parque para o Rio Grande do Norte.

Relatos contam que o cenário daquela época era marcado por histórias sucessivas de exclusão social e de intensa luta pela conquista e reconhecimento dos seus direitos, entre eles, o direito à terra. Motivo pelo qual muitos querem se beneficiar, haja vista que o valor pago aos proprietários pela locação de suas terras é bem atrativo. Trata-se de uma renda mensal que dura cerca de 30 a 35 anos de contrato, que é estipulada pela produção de cada aerogerador implantado pela empresa eólica.

#### RELATO 1 (MORADOR F.)

*“Acho bom que vocês vieram aqui... A história tá escondida. Eles querem apagar a gente da história. Você sabe... a terra era dos índios quando Cabral chegou nessas terras. Mas os índios foram apagados e ficaram sem história... assim como está acontecendo com a gente... Vocês que gostam de criar histórias... isso é muito bom... as pessoas precisam saber o que aconteceu aqui”*



Tinha-se, de um lado, o território constituído com a criação dos assentamentos de reforma agrária. Do outro, a apropriação deste território pelas empresas de energia eólica, com sua territorialidade específica, mas sem que isso implique, necessariamente, em um processo clássico de desterritorialização. Confrontos frequentemente de territorialidades, episódios envolvendo disputas territoriais eram vistos. Tiveram início, Perseguições constantes e coações políticas; estratégia de cooptação e tentativa e suborno; dentre outros conflitos mais.

O projeto implementado apresentou algumas modificações em relação ao que foi acordado inicialmente. Gerando aversão e ceticismo aos moradores sobre aqueles investimentos. As decisões fundamentais, segundo relatos, ficaram a cargo do INCRA, motivo pelo qual gerou tensão na relação do INCRA com os assentados.

## RELATO 2 (MORADOR J.)

*“No primeiro parque o processo de instalação foi sigiloso. Ninguém aqui do assentamento foi empregado o prefeito já tinha uma lista dos empregados dele”*

## RELATO 3 (MORADOR M.)

*“O primeiro parque teve só uma reunião. O pessoal achava que daria boa assistência tanto na cidade quanto no assentamento. O superintendente do Incra falou que esse novo projeto ia dar muita assistência. Nessas reuniões os trabalhadores não têm muito espaço ...o dirigente perguntou se alguém queria falar e eu disse: eu queria mas vocês não deixam! Eu disse para ele batendo minha bengala assim, disse que mais importante que as torres é a terra, e a terra é nossa e bati assim o pé.*

Demorou, para que se chegasse a um “consenso” por parte de todas as partes (empresa, INCRA, assentados, etc.). Assim, partiram para uma negociação amigável. Como contrapartida inicial realizaram a doação de geladeiras novas a população, por meio do Programa de Eficiência Energética da Aneel e distribuíram brinquedos às crianças.

Parte dos “benefícios” que foram dados aos moradores locais, não foi devidamente planejado. Uma vez que os assentados eram pescadores que habitavam a região e que além da pesca, praticavam a agricultura de subsistência em áreas de posse. E aquilo que lhes foram dados, fugia um pouco de suas origens e habilidade praticadas cotidianamente.

## RELATO 4

*“No primeiro parque eu ganhei uma vaca que não valia R\$ 700,00. As vacas eram do Dr. Gerson do Incra”.*

*“[...] só que ninguém aqui comprou uma vaca, quando chegamos lá já tava tudo comprado [...] quando o gado chegou era uma cabeça para cada família, um gado veio, pequeno, arrepiado. E o pior brabo danado, que a pessoa soltava aqui na rua [se referindo a agrovila] saía pulando cerca e a gente ia pegar lá no Rio do Fogo [risos de indignação]. Tá vendo o gado que eles soltaram aqui? Agora ninguém sabe quem comprou. Valia uns R\$ 500,00 mais chegou até nós no valor de R\$ 1.200,00, que na época dava pra comprar duas vacas boas de leite. E os piquinim todo arrepiado que já não crescia mais soltaram ali beirando os morros que nem coragem tinham de sair pra comer. E pra não perder de tudo venderam por 300, 500, 200, reais.”*



Além dos altos valores os assentados também colocaram em xeque a qualidade dos animais, uma vez que vários deles morreram.

Contudo, pode-se concluir que o primeiro parque melhorou água e luz, mas nenhuma melhoria mais.

Atualmente, algumas empresas procuram contribuir com ações mais contínuas, desenvolvem um plano anual de ações e projetos que busquem tanto contribuir como envolver a própria comunidade na qual estão inseridas. Buscam fazer parcerias com os órgãos competentes de cada município visando o êxito dos projetos. Algumas destinam um valor para determinados projetos. Que por sinal chega a ser um valor simbólico perto do montante que é gasto com “demais coisas”. Os municípios por sua vez, recebem seus benefícios tributários, como é o caso do ISS, que serve para que as prefeituras utilizem os mesmos para demais ações que elas mesmas desenvolvam/administrem, e contribuir para o desenvolvimento do município. Pelo menos na teoria.

Na prática vemos constantes episódios de indignação da população vigente dessas prefeituras, que tomam ciência de valores que são destinados aos cofres municipais e que não se veem melhorias na mesma “proporção”. Assim, voltamos aquele clima de tensão e conflitos entre morador, órgão público e empresas.

Podemos ver que o processo de implantações de usinas eólicas no Mato Grande já teve seu início marcado por diversas fragilidades. Iminentemente há dinâmicas desencadeadas pela investida das empresas eólicas em terras de reforma agrária, as quais predominam na região do MG. Fatores como Interesses de grupos econômicos; apoio do Estado frente a sujeição do outro; histórias continuas de exclusão; Geração de problemas sociais, Rendas centralizadas pelos principais latifundiários. Todos estes contribuem para os problemas que “o que os bons ventos trazem”.

Mas também devemos levar em consideração outro fator. Negligenciadas pelas Ciências Sociais. A maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre energia eólica se limita a analisar seu potencial em relação a outras fontes de energia ficando secundarizado os aspectos sociais e culturais. Logo, torna-se eminente à necessidade de estudos mais específicos voltados aos impactos oriundos dessas investidas.

Se analisarmos o cenário atual com o de outrora, veremos que ainda há indícios de problemas semelhantes, e que ainda necessitam de ações e projetos mais contundentes, de acompanhamento por instituições e órgãos específicos sobre esses



impactos. Talvez assim, poderá iniciar um processo mais dinâmico e que tendam, realmente, ser conivente e favorecer tanto o meio ambiente quando também a sociedade. No mais, caso contrário, continuaremos “remando contra o vento”.

PAULO CESAR MARTINIANO



Dados- IDH médio – com base no censo 2010

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Norte\\_por\\_IDH](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Rio_Grande_do_Norte_por_IDH)

36º encontro anual da ANPOCS. Trabalho de pesquisa

**“A investida das usinas eólicas e a reconfiguração dos territórios rurais no Estado do Rio Grande do Norte: desafios e perspectivas.”.**

Alunos - Cimone Rozendo, Ednaldo Ferraz e Fernando Bastos

[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=505%3Aaais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=161%3A36o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=76](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=505%3Aaais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=161%3A36o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=76) Acessado em 2014.

Outros dados foram retirados de trabalhos de pesquisas acadêmicas, realizada pelos alunos do curso de *Tecnologias em Energias Renováveis*, do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN*, que esta disponível no campo João Câmara/RN.